

## **A Ação Popular (AP) e o movimento de integração na produção no meio operário (Rio Grande do Sul – 1969/1971).**

**CRISTIANE MEDIANEIRA ÁVILA DIAS\***

A Ação Popular (AP) foi uma organização de esquerda fundada em 1962 e seu surgimento estava relacionado às mudanças ocorridas nos movimentos leigos da Igreja Católica, na década de 1950, que, à época, voltaram sua atenção para as questões sociais, influenciados por pensadores europeus. Essa corrente de ideias ganhou força com a nomeação de Hélder Câmara, da ala progressista, para assistente nacional dessa Igreja no Brasil, pois ele iniciou a uma série de discussões em torno da necessidade de desenvolver novas práticas que aproximassem os cristãos das massas, as quais envolveram a hierarquia e os movimentos leigos, entre os quais estavam a Juventude Operária Católica (JOC), a Juventude Agrária Católica (JAC), a Juventude Estudantil Católica (JEC) e a Juventude Universitária Católica (JUC). Assim, eles deveriam abandonar sua atitude contemplativa para se integrar à realidade. (DELGADO, 2007).

No Rio Grande do Sul, um manifesto produzido pela diretoria estadual da organização, em 1963, salientava que a AP havia surgido de um grupo de militantes da JUC que resolvera se desvincular da Igreja por causa do conflito com a hierarquia, que não aceitava as atividades políticas de seus membros. Conforme o documento, o compromisso da AP era com a revolução, ou seja, eles lutavam por transformações profundas na sociedade, através das quais se tornaria possível o “verdadeiro humanismo”. Então:

“Há dois anos, um grupo de cristãos, na maioria juscistas, decidiu enfrentar o desafio que a revolução em curso, no Terceiro Mundo, opunha à sua consciência. Dispuseram-se a respondê-lo, com o testemunho de seu cristianismo, na vanguarda dos movimentos populares que estão procurando romper as estruturas sócio-econômicas vigentes, dentro das quais não viam nenhuma possibilidade de humanismo autêntico. (...) E do esforço generoso de constituição da respectiva ideologia está surgindo e tomando forma a AP. Sendo movimento ideológico, é evidente que, embora fiel a sua inspiração originária, não tem, não pode ter caráter confessional.” (REIS FILHO, 2004:29-52).

No Brasil, o início da década de 1960 foi marcado pela posse de João Goulart e pela perspectiva de instauração do seu projeto de governo, as reformas de base, que

---

\*Aluna do Programa de Pós Graduação em História da Universidade de Passo Fundo - UPF.

compreendiam mudanças em vários setores, entre os quais estavam o agrário, urbano, educacional, eleitoral e o econômico. As mudanças no setor agrário estariam voltadas ao fornecimento de terras a pessoas sem propriedades, o que diminuiria o êxodo rural e os conflitos no campo, que haviam se agravado nesse período; a reforma educacional pretendia promover mudanças no ensino público brasileiro, que se voltaria mais para as questões sociais e ao atendimento das novas demandas da sociedade. Além disso, a pretensão era também a implantação das reformas urbana, eleitoral e econômica que englobariam mudanças em vários setores do país como o tributário, o bancário e o fiscal. (PAES, 1993).

Dessa forma, as manifestações, efetuadas por grupos de esquerda como a AP e as Ligas Camponesas, reivindicando, através de congressos, greves, passeatas e protestos, uma melhor distribuição de renda, eram vistas pelos grupos de direita como movimentos que desejavam derrubar o regime democrático e os valores cristãos da sociedade, representando assim um perigo iminente à nação, dentro da ótica da Doutrina de Segurança Nacional (DSN). A DSN foi a doutrina ideológica que uniu a “burguesia multinacional, a grande burguesia nacional, associada ao capital estrangeiro e aos militares,” para organizar e desferir o golpe civil-militar de 1964:

“Essa doutrina é na verdade uma ideologia que, partindo da bipolaridade mundial veiculada pela guerra fria e da concepção de nação como um todo homogêneo – o que significa negar a existência de classes com interesses opostos ou divergentes-, entendia toda oposição como subversão e enxergava as greves, os conflitos sociais e as mobilizações de massas como estratégia do “comunismo internacional” para conquistar as mentes e levar as populações dos países do Terceiro Mundo a se oporem aos chamados “objetivos nacionais”. Segundo a DSN, vivia-se de fato numa guerra e o Brasil, parte do Ocidente cristão, só poderia, externamente, aliar-se aos EUA e, internamente, lutar contra os “agentes de Moscou”. ” (PAES, 1993, p.33).

Na ótica de Dreifuss (2008), as atividades dos grupos de esquerda eram entendidas pela elite de intelectuais orgânicos, que representavam o “bloco econômico multinacional e associado,” como uma tentativa de cisão no poder hegemônico que eles exerciam sobre o restante da população brasileira. Então, esses intelectuais utilizaram tanto as vias tradicionais como as alternativas, a fim de reunir um grupo de pessoas pertencentes à classe dominante para defender os seus interesses no IPES/IBAD, que era um complexo político-militar, com a função de agir contra as propostas de reformas de base propostas por João Goulart e o bloco nacional reformista, apoiador do projeto. Para isso, o complexo IPES/IBAD, por meio dos seus intelectuais promoveu uma série

de ações no país, com as quais obteve a supremacia política não só sobre o bloco populista oligárquico industrial, mas também sobre os movimentos sociais na década de 1960, pois conseguiram atingir um grau elevado de consciência e homogeneidade, marcando a fase em que o grupo de intelectuais orgânicos torna-se um “partido”. Para o autor:

“O complexo IPES/IBAD representaria a fase política dos interesses empresariais com base no argumento de Gramsci, se não dados todos os tecnoempresários, empresários e militares, pelos menos uma elite entre eles tinha a capacidade de ser os organizadores de seus interesses e da sociedade. (...) passou a constituir uma força social cônica de seus próprios interesses corporativos da classe puramente econômica e podem e devem se tornar interesses de outros grupos subordinados. Esta é a fase mais genuinamente política e marca a passagem decisiva da estrutura para a complexa superestrutura; essa é a fase na quais ideologias previamente desenvolvidas se tornam partido.” (DREIFUSS, 2008, p.173).

Em virtude disso, as greves e todas as mobilizações efetuadas pela AP e por outras organizações de esquerda foram interrompidas com o golpe de 1964, quando os órgãos de segurança passaram a reprimir com violência qualquer movimento de oposição à ditadura militar. No Rio Grande do Sul, a repressão efetuada pela polícia contra os opositores políticos contou com a colaboração de aliados no executivo estadual e municipal, pois indivíduos que trabalhavam nesses órgãos forneceram informações aos militares sobre militantes que atuavam em vários movimentos sociais no estado. Então, nessa fase pós-golpe, um “número significativo de pessoas foi atingido (...) por cassações, demissões, aposentadorias compulsórias, perda dos direitos políticos, enfim, por ações que as afastaram do mundo do trabalho e do cenário político”. (RODEGHERO, 2007).

Após o golpe, a AP entrou em um processo de discussão para avaliar os rumos que seriam tomados pela organização com a ditadura que passara a vigorar no país em 1964. Logo, os militantes começaram a debater internamente qual referencial teórico deveria ser adotado pela organização: se o Brasil era um país semifeudal e a revolução deveria vir do campo para a cidade ou, se ele já era industrializado e a revolução teria que ser da cidade para o campo, seguindo o modelo de Mao Tsé-Tung ou ainda se deveria seguir o exemplo cubano de insurreição urbana, de guerrilha, seguindo a leitura de Régis Debray. Em razão disso, parte da organização passou a defender a realização de um trabalho de conscientização que permitisse a união entre os seus militantes e trabalhadores do meio operário e camponês que seriam os encarregados de conduzir o

processo revolucionário por estarem ligados diretamente à produção, que não seguiria necessariamente a luta armada, dando início, em 1967, a uma política que ficou conhecida como *movimento de integração na produção*.<sup>1</sup>

Na avaliação de Santana (2008), o principal objetivo da AP, ao adotar a política de integração na produção, não era acabar com o perfil pequeno burguês de seus adeptos, mas ampliar o seu quadro de militantes no meio operário e camponês do país, visto que desde sua fundação, ela era formada basicamente por estudantes, que não teriam condições teóricas e práticas para conduzir uma revolução de caráter socialista, a qual só poderia ser deflagrada por trabalhadores do campo e da cidade, que tinham acesso direto à produção. Então, para a autora:

“Esse objetivo de superação dos limites de classe era posto como algo secundário no desencadeamento da integração, de maneira que, em “Integração com as massas: roteiro para uma discussão” foram colocados como aspectos fundamentais da prática o ideal de servir ao povo se integrar na vida das massas (comer, trabalhar e viver com as massas) sendo isso a base objetiva para a direção da luta de classes. Tanto que, a transformação ideológica aparece como aspecto secundário, sendo ressaltado que ela facilitaria a integração, mas não seria o fator principal.” (SANTANA,2008, p.58).

O *movimento de integração na produção* tornou-se mais intenso com a decretação do AI-5 em dezembro de 1968, que marcou uma nova fase de confrontos entre as organizações de esquerda e a ditadura no país, pois as novas leis impostas pelo ato permitiram que o governo militar aperfeiçoasse os órgãos de segurança utilizados para reprimir os setores de oposição que se tornaram mais eficientes, o que motivou a direção nacional da AP, por medida de segurança, a intensificar o envio de seus militantes para se integrarem na produção em áreas afastadas de suas regiões de origem em uma tentativa de tornar mais difícil a ação da polícia sobre o grupo.<sup>2</sup>

Nesse contexto, de acordo com o dossiê produzido pela Secretaria de Segurança Pública, a direção nacional da AP designou, em 1969, o casal de militantes, Nilce Azevedo Cardoso e Antonio Ramos Gomes, para assumir a organização no Rio Grande do Sul, sendo que ela ficou encarregada do movimento operário e do setor de serviços, enquanto ele foi nomeado dirigente estadual e ficou responsável também pelo setor da pequena burguesia. Em relação às atividades da militante, Nilce Azevedo Cardoso, o

---

<sup>1</sup>Depoimento de Antonio Ramos Gomes. 21 de janeiro de 2011. Porto Alegre.

<sup>2</sup>Ex-Acervo de Luta Contra a Ditadura Militar/ Fundo: Secretaria da Segurança Pública/Subfundo: Departamento Central de Informações/Atividades da APML do B no Rio Grande do Sul/SOPS/15

dossiê informou o seguinte:

“A militante Nilce Azevedo Cardoso iniciou sua trajetória na APML em São Paulo no ano de 1968, sendo enviada em 1969 para o Rio Grande do Sul, quando ela assumiu o cargo de coordenadora do Setor Operário. A militante também era a responsável por fazer os contatos entre a APML local e a direção nacional, em São Paulo e pelas finanças da organização subversiva no Comitê Seccional R1.”<sup>3</sup>

O número de militantes deslocados para participarem da *integração na produção* no Rio Grande do Sul foi pequeno, pois, em um total de setenta e sete indivíduos investigadas pela polícia e listados no dossiê, o nome de apenas sete apareceu vinculado ao movimento operário estadual. Então, além de Nilce e Antonio, chegaram, para se *integrar na produção*, os casais Antonio Carlos Rodrigues da Silva, codinome “Joaquim” e sua companheira Maria do Carmo Rezende de Menezes, codinome “Margarida,” que vieram de São Paulo em 1969; Catarina Meloni, codinome “Dora” e Emílio Borsari Assirati, codinome “Paulo”, que vieram do mesmo estado, só que no ano de 1971; as militantes Delsi Gonçalves de Paula, codinomes “Ruth”, “Ana” ou “Amélia”, a qual veio de Minas Gerais e Yurico Tatamyra, codinomes “Luzia” ou “Marlene,” que chegou do Paraná.<sup>4</sup>

Entretanto, mesmo que, no dossiê, os militantes listados estivessem vinculados ao movimento operário estadual, em seu depoimento, Antonio Ramos Gomes esclareceu os seguintes pontos: Catarina Meloni e Emilio Borsari Assirati, que vieram para o Rio Grande do Sul em 1971, eram dirigentes nacionais e fugitivos da repressão efetuada pela ditadura militar, que era intensa em São Paulo, nesse período. Em situação idêntica, estava a militante Delsi Gonçalves de Paula, que já havia sido presa e torturada pelos policiais do DOPS em Belo Horizonte e tinha se chegado ao estado em 1972. Os três militantes tinham o mesmo objetivo: sair do país utilizando o esquema, estruturado pela AP, de passagem de pessoas pela região de fronteira do estado para o Uruguai ou Argentina.<sup>5</sup>

Assim, das pessoas listadas no dossiê, vieram para participar do movimento de integração no meio operário do estado, cinco militantes de São Paulo, um de Minas

---

<sup>3</sup>Ex-Acervo de Luta Contra a Ditadura Militar/ Fundo: Secretaria da Segurança Pública/Subfundo: Departamento Central de Informações/Atividades da APML do B no Rio Grande do Sul/SOPS/15

<sup>4</sup>Ex-Acervo de Luta Contra a Ditadura Militar/ Fundo: Secretaria da Segurança Pública/Subfundo: Departamento Central de Informações/Atividades da APML do B no Rio Grande do Sul/SOPS/15

<sup>5</sup>Depoimento de Antonio Ramos Gomes. 21 de janeiro de 2011. Porto Alegre.

Gerais e um do Paraná. Entretanto, através do depoimento de ex-militantes, verificou-se que apenas quatro pessoas vindas de outras regiões participaram da integração no estado, que foram os casais: Nilce Azevedo Cardoso <sup>6</sup> e Antonio Ramos Gomes<sup>7</sup>; Antonio Carlos Rodrigues da Silva e Maria do Carmo Rezende de Menezes, sendo que nenhuma informação foi passada por eles a respeito da militante Yurico Tatamya, que veio do Paraná. Além disso, houve a participação de duas militantes no processo de integração na produção junto aos operários que saíram do Rio Grande do Sul para outras regiões do país. Foram elas, Antonia Mara Vieira Logúercio e Dilza Maria da Silva Rodrigues, transferidas em 1969, respectivamente, para a Bahia e São Paulo. <sup>8</sup>

Nesse contexto, o casal Antonio Ramos Gomes e Nilce Azevedo Cardoso já havia participado do *movimento de integração na produção* em fábricas da região do ABC paulista, sendo que Nilce desempenhou atividades como operária na fábrica de linhas Rhodia, localizada em Santo André, enquanto Antonio trabalhou na Saad, uma empresa que produzia garrafas de vidro. Durante o seu depoimento, Nilce salientou que ela tinha que conciliar a função de operária, durante o dia, com as ações políticas determinadas pela organização para o período noturno, o que tornava muito difícil a sua rotina, visto que ela também estava morando num bairro operário que ficava longe da Rhodia, então:

“Eu fui morar nesse lugar e era muito complicado, porque eu entrava às 6 horas na fábrica, eu tinha que sair às 4 horas da manhã de casa, e aí eu caminhava, trabalhava e depois eu voltava, militava, eu fazia as reuniões, as panfletagens, depois ainda eu voltava fazia as reuniões a noite, depois eu tinha que acordar (.) para sair de novo! Não era fácil e ainda tinha que conviver um pouquinho com o pessoal da vila, para poder fazer a história né, como é que eu ia dizer recém casada, essa é a historinha, que só conseguíamos pagar aquele lugar porque estávamos desempregados, os dois e aí eles diziam vai a tal lugar, tal lugar.”<sup>9</sup>

De acordo com Nilce, a direção nacional designava os militantes para trabalharem de preferência em metalúrgicas onde já existisse um trabalho político prévio, pois isso facilitava a realização de atividades junto aos operários, e não precisariam partir do ponto zero, visto que eles estariam em um grau mais elevado de

---

<sup>6</sup>Depoimento de Nilce Azevedo Cardoso. 05 de agosto de 2010. Porto Alegre.

<sup>7</sup>Depoimento de Antonio Ramos Gomes. 21 de janeiro de 2011. Porto Alegre.

<sup>8</sup>Ex-Acervo de Luta Contra a Ditadura Militar/ Fundo: Secretaria da Segurança Pública/Subfundo: Departamento Central de Informações/Atividades da APML do B no Rio Grande do Sul/SOPS/15

<sup>9</sup>Depoimento de Nilce Azevedo Cardoso. 05 de agosto de 2010. Porto Alegre.

conscientização política. Nesse contexto, o papel dos militantes era o de coordenar os movimentos estruturados pelos operários, em processo de aprendizado contínuo entre as duas partes envolvidas, que começava dentro da fábrica e se estendia até os bairros, nos quais eles foram residir, conforme relatou Nilce:

“Então, eu fui trabalhar na Rhodia aí foi a escolha (...). A escolha sempre era de significação um pouco mais política né, metalúrgica ou que tivessem muitos operários ou que já tivessem alguma forma de luta, para a gente poder auxiliar na direção da luta seria essa a pretensão, mas na realidade, o que era necessário era que a gente aprendesse com os operários, pois era ali mesmo que a gente teria que ser transformado, para poder estar com eles na direção do trabalho.”<sup>10</sup>

Já Antonio Ramos Gomes informou que, já vivendo na clandestinidade, ele tornou-se evasor de garrafas de vidro, ao participar da *integração na produção* junto à fábrica Saad e que, para obter o emprego, teve que utilizar documentação falsificada. Em adição, ele acrescentou que não era o único militante da AP integrado à produção naquela fábrica, o que colocava em risco a sua segurança e a da organização, pois já no seu primeiro dia de atividades, ele encontrou durante o almoço, o dirigente nacional da AP, Herbert de Souza, o Betinho, que estava trabalhando no mesmo local e teve que fingir que não o conhecia. Logo em seguida, os policiais do DOPS descobriram que havia muitos estudantes, intelectuais e professores trabalhando entre operários do ABC paulista e começaram a realizar vistorias constantes nas fábricas, o que obrigou os dirigentes nacionais da AP a providenciarem a transferência dos militantes para outras regiões do país.<sup>11</sup>

Como Antonio já era conhecido da polícia por ter participado de ações políticas, primeiro como Frei Júlio da Ordem dos Capuchinhos e depois como Toninho, presidente do Centro Acadêmico do Curso de Sociologia da Universidade de São Paulo (USP), a direção nacional da AP decidiu que ele deveria ser transferido para Minas Gerais ou para o Rio Grande do Sul, que eram os dois estados em que a organização estava mais desestruturada em 1969 e onde a maior parte de seus militantes ou tinha sido presa ou havia partido para o exílio, como foi o caso do grande líder da AP no Rio Grande do Sul, o professor de filosofia da UFRGS, Ernani Maria Fiori, que havia partido para o Chile.<sup>12</sup>

---

<sup>10</sup>Depoimento de Nilce Azevedo Cardoso. 05 de agosto de 2010. Porto Alegre.

<sup>11</sup>Depoimento de Antonio Ramos Gomes. 21 de janeiro de 2011. Porto Alegre.

<sup>12</sup>Depoimento de Antonio Ramos Gomes. 21 de janeiro de 2011. Porto Alegre.

Embora o dossiê não tenha fornecido essa informação, Antonio Ramos Gomes, além de se tornar dirigente estadual da AP, também participou no estado, na política *de integração na produção*, tendo ido trabalhar como operário na Varig, uma metalúrgica que fabricava blocos de motor para a Mercedes-Benz. Dessa forma, não só exercia sua função como operário, mas também realizava ações políticas junto aos trabalhadores; colocava panfletos em suas caixinhas, no horário de intervalo; promovia debates e reuniões; e participava da organização de protestos realizados em datas específicas como na ocasião em que o governo militar promoveu um evento oficial para comemorar o primeiro de maio. Logo, as atividades desenvolvidas pelo militante tinham por finalidade promover, nos operários, uma maior conscientização política.<sup>13</sup>

Já Nilce foi trabalhar na Renner, uma metalúrgica que produzia chapas metálicas na cidade de Gravataí cujo quadro de funcionários era formado, basicamente, por mulheres, o que tornou mais complicada a realização de um trabalho de conscientização com as operárias, visto que elas não tinham um histórico de participação política. Então, Nilce teve que iniciar suas ações na metalúrgica praticamente do zero, explicando para elas o que era a sociedade brasileira, porque era preciso que houvesse transformações no país e que a ditadura militar fosse substituída por outro regime. Iniciou assim um trabalho de conscientização que traria resultados somente a médio prazo. Apesar disso, Nilce conseguiu que muitas operárias, mesmo que não articuladas, comesçassem a desempenhar funções de “militantes simpatizantes” da AP, participando da distribuição de panfletos para os colegas e da entrega de material para as suas famílias e vizinhos em seus locais de moradia.<sup>14</sup>

Como as operárias da Renner estavam recém dando início a um processo de tomada de conscientização política, elas não participavam das reuniões organizadas pela militante, após o expediente, nos bairros operários, que contavam com a presença apenas de homens. De acordo com Nilce, as mulheres não iam aos encontros porque, além de sofrerem o efeito da falta de uma participação política mais efetiva, também eram influenciadas pela própria formação cultural da sociedade, que não aceitava a participação feminina em questões que envolvessem atividades políticas.<sup>15</sup>

---

<sup>13</sup> Depoimento de Antonio Ramos Gomes. 21 de janeiro de 2011. Porto Alegre.

<sup>14</sup> Depoimento de Nilce Azevedo Cardoso. 05 de agosto de 2010. Porto Alegre.

<sup>15</sup> Depoimento de Nilce Azevedo Cardoso. 05 de agosto de 2010. Porto Alegre.

Em virtude disso, só quem comparecia às reuniões eram os homens e, em sua maioria, aqueles que já tinham um histórico de participação em atividades políticas, como foi o caso de militantes que aderiram à AP, após terem participado do Grupo dos Onze, organizado por Leonel Brizola ou do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e que, naquela fase, já estavam participando da organização dos sindicatos que iam surgindo dentro das metalúrgicas, enquanto as mulheres não tinham esse contato com partidos ou movimentos sociais. Portanto:

“Nas reuniões quando viravam militantes eram os homens (...) os homens como já participavam dos sindicatos (os sindicatos estavam começando na época) de começar e já estavam na época na discussão política e as mulheres não, com elas tinha que começar do zero e explicar o que era a sociedade a transformação, que tinha que tirar a ditadura implantar um outro regime. Então, era todo um trabalho de conscientização muito mais longo com as mulheres, acho que foi por isso que não teve célula de mulheres, porque eram só as mulheres.”<sup>16</sup>

Nesse contexto, o que mais chamava a atenção de Nilce, ao realizar suas atividades como operária da Renner, era a quantidade expressiva de acidentes de trabalho que ocorriam na metalúrgica por causa da falta de treinamento e equipamentos de segurança adequados para que as trabalhadoras desempenhassem suas funções no processo produtivo e era comum ver durante o expediente algumas delas perdendo parte das mãos, dedos ou cabelos durante a colocação das chapas metálicas nas prensas. Portanto, as operárias tinham que desempenhar suas atividades, convivendo com riscos constantes de acidentes de trabalho, como salientou Nilce em seu depoimento:<sup>17</sup>

“Mas aqui acrescentou uma coisa para mim, que as meninas não tinham os dedos, pois eram máquinas de fazer placas, então elas perdiam parte dos dedos e eu tinha dois medos; um de estar ali e ser pega e outro de perder um dos meus dedos né, um horror cada dia uma perdia todos os cabelos porque enrolava nas máquinas, porque era para usar uma touquinha ou elas não usavam ou alguma coisa ou não deram a touquinha, eu não me lembro e um dia uma fulana foi e tinha perdido tudo e escapelou na máquina. A máquina a escapelou e a outra um dia perdeu um dedo, outro dedo, outro dedo, então, cada dia acontecia um acidente!”<sup>18</sup>

Por isso, os militantes da AP envolviam, no seu trabalho de conscientização política, questões relacionadas à segurança dos operários, sendo que as informações eram transmitidas para eles através da colocação de panfletos informativos em locais de

---

<sup>16</sup>Depoimento de Nilce Azevedo Cardoso. 05 de agosto de 2010. Porto Alegre.

<sup>17</sup>Depoimento de Nilce Azevedo Cardoso. 05 de agosto de 2010. Porto Alegre.

<sup>18</sup>Depoimento de Nilce Azevedo Cardoso. 05 de agosto de 2010. Porto Alegre.

fácil acesso, como junto às máquinas. Eles também fomentavam discussões e debates em torno de temas de interesse dos trabalhadores, como os baixos salários pagos pelas empresas, os problemas enfrentados por eles no dia a dia, nas fábricas ou mesmo nos bairros operários onde residiam. No entanto, antes de qualquer atividade, os militantes sempre esclareciam que a principal finalidade da AP era lutar contra a ditadura militar, que estava desferindo uma repressão intensa contra os setores de oposição em todo o país, principalmente, após a decretação do AI-5. Então:

“Os panfletos que a gente mesmo confeccionava nos uns reco-reco, algumas coisas e tinha que entrar nas fábricas, discutir com os operários com todo o cuidado, pois nós sabíamos que estávamos dentro de uma ditadura, então, já tinha tido o Ato 5, quando por qualquer coisa você poderia ser preso sem mandado, sem nada, então era isso o trabalho que a gente fazia; a gente discutia com os operários, conversava com os operários, passava os panfletos e é claro que os panfletos a gente deixava escondido, então a gente punha nas máquinas... elas tinham uns caninhos assim e a gente colocava nas máquinas, então, tinha que ser numa hora pois nem os colegas sabiam quem tinha botado, só que depois os chefes iam em cima para saber quem colocou os panfletos, da onde tinha vindo aquela idéia, a repressão vinha em cima é claro, e aí sempre com aquela cara de inocente!’.<sup>19</sup>

Ao participarem da política de integração na produção, os militantes da AP tentaram criar e manter vínculos com os operários a partir da realidade vivenciada por eles nas fábricas e nos bairros onde foram residir e onde passaram a ter contato com as péssimas condições de vida dos trabalhadores. Isso porque, além de sofrerem os efeitos dos baixos salários, da falta de equipamentos de segurança e de treinamento nas empresas, nos bairros onde moravam os operários conviviam com condições precárias de moradia, saneamento e infraestrutura, com a falta de um sistema de transporte, de educação e de saúde que atendessem as suas demandas e também às necessidades do restante da comunidade. Em relação às condições dos bairros operários em que morou, tanto no ABC paulista quanto em Porto Alegre, Nilce fez as seguintes colocações:

“Eu aprendi a viver com muito pouco, porque o que eu ganhava era com o que eu vivia e era pouco. Então, (...) viver com muito pouco em uma vila que não tem quase nada, de chão batido, uma casa que não tinha nada, minúscula. Ali na vila, por exemplo, eu nunca tinha visto morrer bebês e ali morria... não passava uma semana sem que não morresse alguém e aí morria e me diziam: “Ah morreu”, então as crianças morriam muito por falta de higiene, por falta de médico, por falta de tudo! Era tão normal aquilo e eu fica horrorizada, pois eu nunca tinha, para falar bem a verdade, eu nunca tinha visto morrer bebês. (...).Ali eu também fui aprender como elas conseguiam sobreviver a tudo aquilo, aquela vida dura de mulheres que trabalhavam e cuidavam dos filhos e da casa e ainda suportar toda aquela história.”<sup>20</sup>

<sup>19</sup>Depoimento de Nilce Azevedo Cardoso. 05 de agosto de 2010. Porto Alegre.

<sup>20</sup>Depoimento de Nilce Azevedo Cardoso. 05 de agosto de 2010. Porto Alegre.

No pensamento político de Gramsci (1995), ele salientou que os intelectuais orgânicos deveriam realizar um movimento de conscientização das massas, promovendo sua elevação cultural. Para isso, seria necessário um contato permanente entre esses intelectuais e a população, através do qual, eles conseguiriam combater a hegemonia ideológica exercida pela classe dominante sobre a população, promovendo uma mudança na concepção de mundo e, posteriormente, na realidade de vida dessas pessoas, que passariam do senso comum para o bom senso com a aplicação da filosofia da práxis. Assim, na interpretação de Gramsci, os intelectuais orgânicos jamais poderiam perder o contato com as massas, pois:

“O processo de desenvolvimento está ligado a uma dialética intelectuais-massa; o estrato dos intelectuais se desenvolve quantitativamente e qualitativamente, mas todo progresso para uma nova “amplitude” e complexidade do estrato dos intelectuais está ligado a um movimento análogo da massa dos simplórios, que se eleva a níveis superiores de cultura e amplia simultaneamente o seu círculo de influência, através de indivíduos, ou mesmo grupos mais ou menos importantes, no estrato dos intelectuais especializados.” (GRAMSCI, 1995, p.25).

O contato com as massas é mais uma das características que aproximou o trabalho político desenvolvido pelos militantes da AP do conceito de intelectual orgânico desenvolvido por Gramsci, pois eles estavam sempre em contato com a população, fosse através dos movimentos de alfabetização, das atividades culturais, fosse pela própria participação no movimento de integração na produção. Para promover a elevação cultural da população, os militantes lançavam mão das mais variadas estratégias, como a distribuição de panfletos, organização de debates, reuniões e palestras que tinham por objetivo fomentar a consciência crítica nas pessoas, tanto sobre as suas próprias condições de vida e de trabalho, como de sua função como agente de transformação da sociedade.

Nesse contexto, as atividades desempenhadas pelos intelectuais da AP foram interpretadas como uma tentativa de criação de um grupo que, em certo prazo, poderia ter se tornado os intelectuais orgânicos da classe operária e camponesa brasileira. Então, as ações políticas que eles desempenhavam tinham por objetivo promover mudanças na sociedade, através da conscientização popular e da elevação do senso comum para o bom senso que, na leitura de Gramsci (1995), deveriam ser realizadas pelos intelectuais orgânicos, pois a massa não conseguiria se tornar independente sem a atuação desse grupo de dirigentes, pois:

“Autoconsciência crítica, significa, histórica e politicamente, criação de uma elite de intelectuais; uma massa humana não se distingue e não se torna independente “por si” em sentido lato; e não existe organização sem intelectuais, isto é, sem organizadores e dirigentes, sem que o aspecto teórico da ligação teoria-prática se distinga concretamente de um estrato de pessoas “especializadas” na elaboração conceitual e filosófica. Mas esse processo de criação dos intelectuais é longo, difícil, cheio de contradições, de avanços e de recuos, de cisões e de agrupamentos; e, neste processo a fidelidade da massa e a fidelidade e disciplina são inicialmente a forma que assume a adesão da massa e a sua colaboração no desenvolvimento do fenômeno cultural como um todo é submetido a duras provas.” (GRAMSCI, 1995, p.21).

Nesse viés, os intelectuais da AP tentaram, por meio de um trabalho de conscientização política, modificar a estrutura social brasileira, realizando ações que valorizavam a cultura local, que seria uma das formas recomendadas por Gramsci (1995) para promover a elevação cultural da população, a qual, a partir daí, iniciaria um processo de superação de uma velha visão de mundo, que seria, aos poucos, substituída por um pensamento filosófico e racional inspirado na filosofia da práxis. Para isso, os intelectuais orgânicos deveriam desempenhar as seguintes tarefas:

“1) Não se cansar jamais de repetir os próprios argumentos (variando literariamente a sua forma): a repetição é o meio didático mais eficaz para agir sobre a mentalidade popular; 2) trabalhar incessantemente para elevar intelectualmente camadas populares cada vez mais vastas, isto é, para dar personalidade ao amorfo elemento de massa, o que significa trabalhar na criação de elites de intelectuais de novo tipo, que surjam diretamente da massa e que permaneçam em contato com ela para tornarem-se os seus sustentáculos. Esta segunda necessidade, quando satisfeita, é a que realmente modifica o “panorama ideológico” de uma época”. (GRAMSCI, 1995, p. 27).

Compreendeu-se, a partir da análise das atividades desenvolvidas pelos militantes da AP, que a organização esboçou uma tentativa, mesmo que incipiente, de tornar-se o grupo político formado de intelectuais orgânicos que representaria a classe trabalhadora brasileira. Entre as características que permitiram aproximar a AP do conceito de intelectual orgânico, estava o fato de a organização ter direcionado suas ações políticas desde a sua fundação, em 1962, para as massas, tentando fomentar nelas a conscientização política, fosse através da participação em projetos de alfabetização, como o Movimento de Educação de Base (MEB) e o método Paulo Freire, do movimento cultural da UNE, fosse nas manifestações efetuadas em conjunto com o movimento estudantil e outros grupos de esquerda contra a ditadura militar. Isso ocorreu, por exemplo, no *movimento de integração na produção*, adotado pela AP a partir de 1967.

Nesse contexto, em seus depoimentos, os militantes da AP apresentaram posições diferenciadas quanto à política de integração na produção, pois, enquanto para alguns, a transferência de pessoas de uma região para outra ocasionou a desestruturação da AP, ao mesmo tempo em que eles não conseguiram realizar uma ligação efetiva com os camponeses e operários, para outros militantes, a experiência foi positiva e poderia ter resultado, mesmo em um prazo mais longo, em mudanças sociais no país.

Conforme avaliação de Nilce, o fato de ela ter sido enviada pela AP para trabalhar e morar com os operários proporcionou-lhe o maior aprendizado de sua vida, pois foi lá, por exemplo, que ela passou a ter mais firmeza em suas convicções, pois tinha que repetir para si mesma todos os dias quais eram os objetivos que ela pretendia alcançar com as tarefas desenvolvidas junto às fábricas e bairros operários, e que esse trabalho poderia modificar, mesmo em um prazo mais longo, as estruturas sociais brasileiras. Em adição, ela relatou que muitos estudantes que foram participar da *integração na produção* tinham uma visão romântica do processo, acreditando que seria fácil adaptar-se às condições de vida dos operários e camponeses, mas não suportaram a dura realidade que se viram obrigados a enfrentar, porque moravam em locais muito pobres, que não ofereciam condições mínimas de moradia e tinham que enfrentar uma jornada dupla de trabalho, ou seja, além das atividades como operários nas fábricas tinham que desenvolver as ações políticas como membros da organização. No entanto, para ela o trabalho de *integração na produção*:

“(…)Foi uma excelente política, para falar bem a verdade acho que para o que a gente queria fazer era muito bom, pois nós que tínhamos estudado e estávamos a frente mesmo do que a gente queria, que estudamos o socialismo e sabíamos que devíamos conscientizar a classe operária e camponesa que iriam fazer a revolução e a gente ia estar do lado, porque os intelectuais dão a direção mas quem faz mesmo são eles! Então não sei como a gente idealizava a chegada no poder; (...) era uma guerra a muito longo prazo e que depois a gente ia organizar tudo, a tomada do poder.”<sup>21</sup>

Já para Antonio Ramos Gomes, a direção nacional da AP, ao adotar a *política de integração na produção* e enviar os militantes para trabalharem nas fábricas, acreditava que assim os seus membros, oriundos da pequena burguesia iam entender o que era ser proletário, o que para ele foi um pensamento utópico e dogmático, pois era como se eles pudessem passar por uma lavagem cerebral, como se os militantes, aos passarem 100

---

<sup>21</sup>Depoimento de Nilce Azevedo Cardoso. 05 de agosto de 2010. Porto Alegre.

dias trabalhando em uma fábrica e morarem em uma vila, pudessem virar operários, o que não aconteceu porque eles não perderam as raízes de sua classe de origem e o fato de um intelectual morar e trabalhar entre os operários, não fazia com que ele se tornasse um deles. Essa foi então uma visão muito romântica da AP ao adotar essa política.<sup>22</sup>

Em relação ao término da *política de integração na produção*, Antonio informou que, em 1971, ele e Nilce foram orientados pela direção nacional, por medida de segurança, a deixarem os seus trabalhos nas fábricas e voltarem a viver na legalidade. Em virtude disso, Nilce foi trabalhar como professora de matemática, enquanto Antonio fez um curso de computação e foi atuar na área de informática até abril de 1972, quando ambos foram presos pela polícia e encaminhados ao DOPS de Porto Alegre.<sup>23</sup>

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Verificou-se que a direção nacional da AP transferiu, na metade de 1969 para o Rio Grande do Sul, militantes para que eles participassem da *política de integração na produção* em nível estadual. Assim, os militantes integrados promoveram uma série de atividades que tinham como finalidade principal conscientizar politicamente os operários, o que incluía a distribuição de panfletos, a realização de debates e reuniões e a participação em protestos que faziam oposição à ditadura militar, ao mesmo tempo chamavam atenção para a necessidade de mudanças no país, a fim de que melhorassem as condições de vida e de trabalho dos operários.

Nessa perspectiva, as atividades desenvolvidas pelos militantes da AP junto às massas tentando desenvolver nelas a conscientização política, para que, juntos, eles pudessem formar um partido político que conduzisse mudanças estruturais na sociedade, foi uma tentativa, mesmo que incipiente, para formação de um grupo de intelectuais orgânicos, que poderiam representar a classe trabalhadora brasileira.

---

<sup>22</sup>Depoimento de Antonio Ramos Gomes. 21 de janeiro de 2011. Porto Alegre.

<sup>23</sup>Depoimento de Antonio Ramos Gomes. 21 de janeiro de 2011. Porto Alegre.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. Catolicismo: direitos sociais e direitos humanos (1960-1970). In FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs). **O Brasil Republicano: o tempo da ditadura. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Vol. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 102.

DREIFUSS, René Armand. **1964: A conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe**. 7 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 10 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

REIS FILHO, Daniel Aarão. Ditadura e sociedade; as reconstruções da memória. IN; REIS FILHO, Daniel Aarão; Ridenti, Marcelo; MOTTA, Rodrigo e Patto Sá. (org). **O golpe e a ditadura militar 40 anos depois 1964-2004**. Bauru, SP; Edusc, 2004. p. 29-52.

PAES, Maria Helena de Simões. **A década de 60: rebeldia, contestação e repressão política**. 2 ed. São Paulo: Ática, 1993.

RODEGHERO, Carla Simone. Regime militar e oposição no Rio Grande do Sul. In: GERTZ, René; GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson. (orgs). **História Geral do Rio Grande do Sul - República: da Revolução de 1930 à ditadura militar (1930- 1985)**. V.4. Passo Fundo/RS: Méritos, 2007.

SANTANA, Cristiane Soares. **Maoísmo na Bahia (1967-1970)**. Dissertação (Mestrado em História). 2008. 134 f. IFCH, Universidade Federal da Bahia, Bahia.